

A GESTÃO DE INFORMAÇÕES EM LARGA ESCALA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS DE SAÚDE PÚBLICA

DOUGLAS FRANCISCO CRUZ PAIVA*

RAFAEL CARDOSO MATEUS**

ROGÉRIO ARAÚJO JÚNIOR***

Resumo: *Este artigo aborda a importância da gestão de informações em larga escala na área da saúde e investiga como a Arquivologia pode contribuir para a representação e organização da informação em arquivos de saúde pública. O estudo propõe estratégias para a promoção da saúde por meio da gestão eficiente das informações, considerando os desafios enfrentados, as práticas da gestão de informações em larga escala e o papel da Inteligência Artificial (IA) nesse contexto. Além disso, são discutidos os aspectos éticos relacionados à privacidade, segurança e tomada de decisão no uso da IA.*

Palavras-chave: *Arquivologia; Gestão de informação; Inteligência Artificial; Representação e organização da informação; Saúde pública.*

Abstract: *This article addresses the importance of large-scale information management in the field of health and explores how archival science can contribute to the representation and organisation of information in public health archives. The study proposes strategies for health promotion through efficient information management, considering the challenges faced, practices of large-scale information management, and the role of Artificial Intelligence (AI) in this context. Additionally, ethical aspects related to privacy, security, and decision-making in the use of AI are discussed.*

Keywords: *Archival science; Information management; Artificial Intelligence; Information representation and organisation; Public health.*

INTRODUÇÃO

A gestão eficiente de informações desempenha um papel fundamental na promoção da saúde pública. Em um mundo cada vez mais digital e interconectado, a quantidade e a complexidade dos dados disponíveis têm aumentado exponencialmente. Para aproveitar todo o potencial dessas informações, é crucial adotar estratégias adequadas para a sua representação e organização em arquivos de saúde pública. Nesse contexto, a Arquivologia surge como uma disciplina essencial para lidar com a gestão de informações em larga escala. Os arquivos de saúde pública contêm uma vasta gama de dados e documentos,

* Universidade de Brasília (UnB). Email: dglspaiva2@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1181-4109>.

** Instituto Brasileiro de Ciências Médicas Juscelino Kubitschek. Email: saorafaelarcanjo13@hotmail.com.

*** Universidade de Brasília (UnB). Email: araujojr@unb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6125-822X>.

incluindo registros médicos, estudos epidemiológicos, relatórios de vigilância, políticas de saúde e muito mais. Essas informações são valiosas para monitorar a saúde da população, identificar tendências, desenvolver intervenções eficazes e embasar a tomada de decisão em políticas de saúde. No entanto, o gerenciamento desses dados complexos e heterogêneos apresenta desafios significativos.

Um dos principais desafios enfrentados na representação e organização da informação em arquivos de saúde pública é lidar com a diversidade de formatos e fontes de dados que vão desde documentos físicos até registros eletrônicos, passando por dados estruturados e não estruturados. Assim, é necessário estabelecer métodos e padrões para a organização e recuperação eficiente dessas informações. Além disso, a interoperabilidade entre diferentes sistemas e a padronização dos metadados são aspectos importantes para garantir a integridade e a qualidade dos dados. Nesse contexto, a Arquivologia desempenha um papel fundamental, já que como disciplina dedicada à gestão de documentos e informações ao longo do tempo, a Arquivologia oferece princípios, técnicas e melhores práticas para a organização, preservação e acesso aos documentos em arquivos de saúde pública. Através da aplicação de métodos de classificação, indexação e descrição, a Arquivologia pode fornecer estruturas conceituais e instrumentos práticos para facilitar a recuperação e o uso efetivo das informações.

O avanço da tecnologia também vem impactando diretamente a gestão de informações em larga escala na área da saúde. A Inteligência Artificial (IA), em particular, apresenta oportunidades significativas para a análise, interpretação e extração de conhecimento dos grandes volumes de dados de saúde disponíveis. Com técnicas como aprendizado de máquina, processamento de linguagem natural e mineração de dados, a IA pode ajudar a identificar padrões, prever resultados e fornecer *insights* valiosos para a promoção da saúde. No entanto, é importante considerar os aspectos éticos relacionados à gestão de informações em larga escala na saúde pública. A privacidade e a segurança dos dados são preocupações básicas, exigindo medidas robustas de proteção e anonimização. Além disso, é necessário garantir a transparência e a equidade no uso dos dados, evitando vieses e discriminação como socioeconômica, por acesso à tecnologia, de gênero, de raça e na alocação de recursos. A governança adequada, envolvendo partes interessadas e aderindo a diretrizes éticas, é fundamental para garantir o uso responsável e benéfico das informações.

Em resumo, a gestão de informações em larga escala desempenha um papel crítico na promoção da saúde pública e a Arquivologia, aliada às tecnologias avançadas, pode oferecer ferramentas e estratégias para a representação, organização e acesso eficiente aos dados em arquivos de saúde pública. No entanto, é essencial abordar os desafios relacionados à diversidade de formatos, garantir a interoperabilidade e a padronização dos dados, ao mesmo tempo que se consideram os aspectos éticos envolvidos. Ao fazer isso,

podemos aproveitar todo o potencial das informações para tomar decisões qualificadas e melhorar a saúde da população.

1. DESENVOLVIMENTO

A gestão de informações desempenha um papel fundamental na promoção da saúde pública, permitindo a organização, análise e acesso eficiente aos dados relacionados à saúde da população. Com o avanço da tecnologia e o aumento da disponibilidade de dados, surge a necessidade de estratégias e ferramentas adequadas para lidar com a grande quantidade de informações geradas diariamente. Nesse contexto, a Arquivologia e a tecnologia desempenham um papel importante na organização, preservação e utilização desses dados para melhorar os cuidados de saúde, identificar tendências e embasar as políticas de saúde.

As tecnologias da informação representam uma alternativa promissora para a redução dos custos, para a ampliação do acesso e para a melhoria dos serviços de saúde. As promessas são muitas, a ponto de a revista The Economist publicar, em fevereiro de 2018, um artigo afirmando que uma revolução na saúde está chegando. O uso de aplicativos de celulares e aparelhos para monitorar condições crônicas de saúde, como diabetes, e alertar os pacientes da necessidade de providências antes que a situação se torne emergencial são alguns dos exemplos mais simples de como essas tecnologias podem ser impactantes (Negri 2019).

1.1. Arquivologia na gestão de informações em saúde pública

A Arquivologia, como disciplina responsável pela gestão de documentos e informações, pode, por meio de seus princípios fundamentais, como a proveniência, a integridade e a autenticidade, garantir a organização adequada dos documentos de saúde, franqueando o acesso fácil e rápido às informações necessárias. Na gestão de arquivos de saúde pública, a Arquivologia contribui para a preservação do conhecimento, a padronização dos processos de arquivamento e a informação necessária para a definição de critérios para a tomada de decisões.

A maior parte da base de conhecimento formal produzida para a administração de uma organização encontra-se no seu arquivo, que, por sua vez, constitui o acervo de informações que dá suporte aos processos e atividades que registram e servem de subsídio para o processo de tomada de decisão (Souza e Araújo Júnior 2017).

Woly nec (1994) afirma que a partir do registro dos atendimentos é composto o prontuário do paciente e o sistema de informações médicas. O sistema possibilita inúmeras estatísticas, tanto epidemiológicas, quanto de produtividade do sistema.

Ao colher as afirmações de Souza e Araújo Júnior (2017) e os entendimentos de Wolyneć (1994) e realizar integração desses dois pontos de vista evidenciamos a relevância dos registros e do sistema de informações não apenas para a gestão organizacional, mas também para a análise estatística e o embasamento de decisões na área da saúde.

Além disso, a aplicação da Arquivologia na gestão de arquivos de saúde pública envolve métodos de classificação, indexação e descrição dos documentos de saúde. Através desses processos, é possível estabelecer uma estrutura lógica para os documentos, facilitando sua recuperação e utilização. A classificação dos documentos de saúde baseia-se em critérios como o tipo de documento, a temática, a data e o local, enquanto a indexação permite a atribuição de palavras-chave que auxiliam na busca e seleção dos documentos relevantes. A descrição dos documentos, por sua vez, envolve a criação de instrumentos de pesquisa, como guias, inventários e catálogos, que fornecem informações sobre o conteúdo e a localização dos documentos.

Os «arquivos da loucura», como nomeados por Vera Portocarrero (2002), não refletir toda a vida do paciente enquanto ele esteve associado à instituição. E mais, no caso do acervo custodiado pelo CDM, esses arquivos vão representar toda uma transformação na forma de ver a loucura e no encaminhamento dos tratamentos médicos no Brasil, uma vez que os documentos compreendem uma vasta cronologia, englobando também as diversas instituições congêneres das quais o IMASNS é hoje herdeiro direto (Ribeiro, Lamb e Mascarenhas 2018).

A gestão e a análise de antigos prontuários psiquiátricos têm-se revelado uma fonte relevante de informações para entender as transformações na forma de ver os problemas de saúde mental e no encaminhamento dos tratamentos médicos no Brasil. Na contemporaneidade, em plena era do *Big Data*, a gestão e análise de prontuários ganham uma dimensão ainda mais impactante, podendo servir para planejar passos futuros ao invés de simplesmente entender o passado. O vasto volume de dados contidos nos prontuários, quando adequadamente explorado e analisado, pode propiciar insumo para uma mudança nos padrões de tratamento de doenças. A aplicação de tecnologias avançadas de análise de dados, como IA e aprendizado de máquina, permite extrair *insights* valiosos a partir desses registros. Essa abordagem não apenas facilita a identificação de padrões e tendências em larga escala, mas também contribui para a personalização de tratamentos, o desenvolvimento de protocolos mais eficazes e uma compreensão mais aprofundada das condições de saúde em geral. Assim, os prontuários emergem como uma ferramenta ainda mais poderosa na busca por avanços significativos na prática médica.

1.2. Desafios na gestão de informações em larga escala

A gestão de informações em saúde pública enfrenta desafios significativos devido à diversidade de formatos e fontes de dados disponíveis nos arquivos de saúde. Os documentos podem estar em formato físico, como papel e filmes radiológicos, ou em formato digital, incluindo registros eletrônicos de saúde, imagens médicas e dados genômicos. Além disso, os dados são provenientes de diferentes fontes, como hospitais, clínicas, laboratórios e agências de saúde pública, o que pode dificultar a integração e o compartilhamento eficiente dessas informações. Outro desafio enfrentado é a necessidade de interoperabilidade e padronização dos metadados. Com a variedade de sistemas e formatos de dados, é essencial estabelecer padrões que permitam a troca de informações entre diferentes instituições e sistemas de saúde. A interoperabilidade garante que os dados sejam compreensíveis e utilizáveis em diferentes contextos, facilitando a colaboração e a integração dos registros de saúde. Além disso, a padronização dos metadados, como terminologias e vocabulários controlados, contribui para a consistência e a qualidade dos dados, permitindo sua recuperação precisa e confiável e convertendo a «montanha» de dados e documentos em fonte de informação valiosa para a elaboração de políticas públicas de saúde.

Um desafio adicional, especialmente no caso dos países em desenvolvimento, é a infraestrutura para a coleta e o armazenamento de informações. O Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, é o maior sistema público de saúde do mundo, e, por isso, uma fonte gigantesca de informações sobre saúde. No entanto, a implementação de prontuários eletrônicos esbarra em coisas simples, como a disponibilidade de infraestrutura básica na ponta: computadores, sistemas e acesso à banda larga (Negri 2019).

Aspectos legais e regulatórios, incluindo a *Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)* no contexto brasileiro, também são desafios importantes na gestão de informações em saúde pública. A privacidade e a segurança dos dados são preocupações essenciais, e é necessário adotar medidas adequadas para proteger as informações pessoais dos pacientes. No Brasil, a LGPD, que entrou em vigor em setembro de 2020, estabelece diretrizes para o tratamento de dados pessoais, incluindo dados de saúde. A lei define os direitos dos titulares dos dados, como o consentimento para o uso de suas informações, e estabelece obrigações para as organizações que coletam e processam esses dados. As instituições de saúde devem estar em conformidade com a LGPD, implementando medidas de segurança e privacidade, além de garantir o acesso dos pacientes aos seus dados e a possibilidade de exclusão, quando solicitado.

A LGPD traz um novo paradigma para a gestão de informações em saúde pública, exigindo maior transparência e responsabilidade por parte das instituições de saúde. As organizações devem adotar políticas e procedimentos claros para o tratamento dos dados, garantindo que eles sejam utilizados de forma ética e respeitando a privacidade dos pacientes. Além da LGPD, outros marcos regulatórios internacionais também estabelecem diretrizes para o uso seguro e ético das informações de saúde. Na União Europeia, o *Regulamento Geral de Proteção de Dados* (RGPD) estabelece princípios semelhantes aos da LGPD, visando proteger os direitos dos indivíduos em relação aos seus dados pessoais. Nos Estados Unidos, o *Health Insurance Portability and Accountability Act* (HIPAA) define padrões de segurança e privacidade para as informações de saúde, especialmente no contexto da assistência médica.

Identificar quais são os dados relevantes que importa armazenar no prontuário principal é o grande desafio no processo de reengenharia do prontuário de pacientes, pois várias atividades diferentes devem ser atendidas: assistência, ensino, pesquisa, faturamento, aspectos legais. Trate-se do prontuário tradicional de papel, ou de prontuários eletrônicos, determinar quais os elementos que serão sempre necessários e que, portanto, deverão estar prontamente disponíveis e em qual formato, é decisão crítica de grande impacto na qualidade dos serviços clínicos, na satisfação dos profissionais e dos pacientes, e nos custos da organização (Stumpf e Freitas 1997).

Diante dessa complexidade normativa, a tarefa de identificar quais dados são relevantes para se manterem armazenados nos prontuários de pacientes surge como um desafio significativo no processo de reengenharia. Como apontado por Stumpf e Freitas (1997), essa decisão crítica impacta diretamente a qualidade dos serviços clínicos, a satisfação dos profissionais e dos pacientes, e os custos da organização.

A conformidade com as regulamentações requer não apenas medidas de segurança robustas, como a criptografia, controle de acesso e auditorias frequentes, mas também políticas claras de privacidade que informem os pacientes sobre a utilização de seus dados. Nesse contexto, o papel do arquivista torna-se fundamental na definição de padrões metodológicos, no treinamento de modelos atualizados e na execução de processos que assegurem a adequação e o cumprimento das normativas legais. O arquivista, ao contribuir na determinação dos elementos essenciais nos prontuários e os anonimizáveis, quando necessário, além da implementação de práticas eficientes para o uso dessas informações preservando a privacidade, garante que as instituições de saúde atendam não apenas às exigências legais, mas também aos mais elevados padrões éticos e de segurança na gestão de informações em saúde pública.

Em suma, o alinhamento e a conformidade com essas regulamentações são essenciais na gestão de informações em saúde pública. As organizações de saúde devem

implementar medidas de segurança, como a criptografia de dados, o controle de acesso e a realização de auditorias regulares, para garantir a confidencialidade e a integridade das informações. Além disso, é importante estabelecer políticas claras de privacidade, informando aos pacientes sobre como seus dados serão utilizados e permitindo que exerçam controle sobre suas informações pessoais. No contexto brasileiro, a adequação à LGPD representa um desafio adicional para as instituições de saúde, que precisam revisar seus processos e sistemas para garantir a conformidade com as diretrizes estabelecidas pela lei. É necessário investir em treinamento e conscientização dos profissionais de saúde, bem como implementar tecnologias e práticas de segurança da informação que atendam aos requisitos legais.

1.3. Tecnologia na gestão de informações em saúde pública

A tecnologia aplicada à gestão de informações em saúde pública em larga escala oferece ferramentas e soluções que permitem o gerenciamento eficiente dos dados. Tal como em um *Big Data*, a análise avançada e a tomada de decisões informadas.

O fenômeno do Big Data está causando uma revolução em análises de dados, pois ao unir capacidade de armazenamento com processamento, torna-se possível obter informações que antes eram inalcançáveis pelos processos tradicionais. O Big Data Analytics é o caminho natural dessa evolução, por ser uma área que define como os processos devem ser executados (Coneglian, Gonçalves e Segundo 2017).

Uma das tecnologias mais relevantes nesse contexto é a IA. A IA tem o potencial de impulsionar a análise e a interpretação de dados de saúde, permitindo identificar padrões, realizar diagnósticos mais precisos e prever resultados clínicos. No contexto da IA, técnicas como o aprendizado de máquina (*machine learning*) e o processamento de linguagem natural (*natural language processing*) podem ser amplamente utilizadas na gestão de informações de saúde pública. O aprendizado de máquina permite treinar algoritmos para reconhecer padrões em grandes conjuntos de dados de saúde, facilitando a identificação de tendências epidemiológicas, a detecção de surtos de doenças e a personalização dos cuidados de saúde. Já o processamento de linguagem natural possibilita a análise e extração de informações úteis de documentos não estruturados, como registros médicos e artigos científicos, contribuindo para a geração de conhecimento e a tomada de decisões baseadas em evidências.

Alguns programas de inovação surgem tanto em âmbito público quanto privado. A exemplo disso, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) nos apresenta o programa *Grand Challenges Inteligência Artificial* com objetivo de apoiar pesquisadores no desenvolvimento de soluções de IA que possam ser mais relevantes e úteis para atender às necessidades de saúde das comunidades locais e sistemas de saúde. Na rede privada é possível

enumerar programas como a *Iniciativa Alma* (sírio-libanês), marca destinada a dados e tecnologia cuja ideia é diminuir a burocracia médica com uso de tecnologias da nova geração como IA, ou projetos como os desenvolvidos pela ArquiTI no programa de investimento *Health Innovation* com o desenvolvimento e treinamento de redes neurais e IA para a classificação, descrição e gestão de documentos hospitalares.

Além disso, a tecnologia oferece uma variedade de ferramentas e sistemas de informação que auxiliam na gestão de informações em saúde pública. Essas soluções incluem sistemas de registros eletrônicos de saúde, sistemas de suporte à decisão clínica, sistemas de vigilância epidemiológica e plataformas de compartilhamento de dados. Essas tecnologias promovem a integração dos dados, facilitam o acesso seguro às informações de saúde e possibilitam a colaboração entre profissionais e instituições de saúde.

1.4. Ética e governança na gestão de informações em saúde pública

A gestão de informações em saúde pública requer considerações éticas especiais, devido à sensibilidade e ao valor intrínseco dos dados de saúde. O uso e o compartilhamento adequados dos dados são fundamentais para proteger a privacidade dos indivíduos e manter a confidencialidade das informações. É importante garantir que as práticas de gestão de informações estejam em conformidade com as leis e as regulamentações, além de seguir diretrizes éticas estabelecidas por organizações profissionais e científicas.

A ética tem um conceito próximo de moral, mas não se trata do mesmo fenômeno, considerando que a mesma tem uma relação com comportamento profissional, buscando a fundamentação teórica para o melhor viver no dia a dia, promovendo o exercício da cidadania. Já a moral relaciona-se mais às normas, costumes, aos valores culturais, religiosos de uma dada sociedade, tendo um vínculo com questões antropológicas e sociológicas (Leite e Souza 2017).

A proteção da privacidade e a anonimização dos dados são princípios essenciais na gestão de informações de saúde pública. Os dados devem ser tratados de forma a garantir que as identidades dos indivíduos não sejam reveladas, por meio de técnicas como a remoção de identificadores pessoais e a agregação de dados para garantir a confidencialidade. A anonimização dos dados permite a utilização deles para análises e pesquisas, respeitando a privacidade dos indivíduos envolvidos.

A governança de dados é outro aspecto importante na gestão de informações em saúde pública. A governança de dados envolve a definição de políticas, processos e responsabilidades para o uso, o compartilhamento e a proteção dos dados de saúde. É importante estabelecer mecanismos de governança claros, que envolvam todas as partes interessadas: profissionais de saúde, pesquisadores, pacientes e órgãos reguladores. A transparência na prestação de contas e na participação de todas as partes

interessadas são elementos-chave na governança de dados, garantindo que as decisões relacionadas ao uso dos dados sejam tomadas de forma ética e responsável.

1.5. Benefícios da gestão de informações em saúde pública

A gestão eficiente de informações em saúde pública traz uma série de benefícios significativos. O uso de dados coletados e organizados adequadamente permite o monitoramento da saúde populacional em tempo real, possibilitando a recuperação das informações nas bases de dados, a fim de identificar tendências e padrões, padrões de doenças e fatores de risco. Essas informações são essenciais para a formulação de políticas de saúde baseadas em evidências, direcionando recursos e intervenções para as áreas de maior necessidade. Além disso, a gestão de informações em saúde pública apoia a tomada de decisões informadas em relação aos cuidados de saúde. Os profissionais de saúde podem acessar o histórico médico dos pacientes, resultados de exames e informações sobre tratamentos anteriores, facilitando o diagnóstico e o planejamento do tratamento. A disponibilidade de informações precisas e atualizadas, bem como a sua recuperação nas bases de conhecimento, contribui para a melhoria da qualidade dos cuidados e a redução de erros médicos.

A gestão de informações em saúde pública também tem impacto direto nos resultados para os pacientes. Por meio da análise dos dados de saúde, é possível identificar padrões de resposta a determinados tratamentos, personalizando assim a abordagem terapêutica para cada paciente. Além disso, a gestão adequada dos dados permite a continuidade do cuidado, garantindo que as informações relevantes sejam compartilhadas entre os diferentes profissionais e serviços de saúde envolvidos no tratamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de informações desempenha um papel fundamental na promoção da saúde pública, permitindo a organização, acesso e análise eficiente dos dados de saúde. A Arquivologia e a tecnologia são ferramentas essenciais nesse processo, contribuindo para a organização adequada dos documentos, a integração dos dados e a análise avançada para embasar as políticas de saúde. No entanto, a gestão de informações em saúde pública também apresenta desafios, como a diversidade de formatos e fontes de dados, a necessidade de interoperabilidade e padronização, e os aspectos éticos e legais relacionados à privacidade dos dados.

A utilização adequada das informações de saúde pública traz uma série de benefícios, como o monitoramento da saúde populacional, a tomada de decisões informadas em relação aos cuidados de saúde e a melhoria dos resultados para os pacientes. Exemplos práticos e estudos de caso demonstram como a gestão de informações em saúde pública pode ser aplicada com sucesso, utilizando abordagens inovadoras e tecnologias avançadas.

Diante dos avanços tecnológicos e da crescente disponibilidade de dados, é fundamental continuar a desenvolver estratégias e soluções que permitam uma gestão eficiente e ética das informações em saúde pública. A colaboração entre profissionais de saúde, pesquisadores, instituições e governos é essencial para enfrentar os desafios e aproveitar plenamente o potencial das informações de saúde na promoção do bem-estar da população. A gestão de informações em saúde pública é um campo em constante evolução, e perspectivas futuras incluem o uso cada vez maior de IA, a melhoria da interoperabilidade e a garantia contínua da privacidade e da segurança dos dados.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida, 2004. Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. *Ciência da Informação* [Em linha]. Jan./abr., **33**(1), 22-32 [consult. 2023-03-05]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n1/v33n1a03.pdf>.
- CONEGLIAN, Caio Saraiva, Paula Regina Ventura Amorim GONÇALVES, e José Eduardo SANTARÉM SEGUNDO, 2017. O Profissional da Informação na Era do Big Data. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação* [Em linha]. **22**(50), 128-143 [consult. 2023-03-05]. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n50p128>.
- FERREIRA, Josivaldo Soares, Marli Batista FIDELIS, e Maria José Cordeiro de LIMA, 2013. O Fluxo de informação nas instituições hospitalares e a gestão de documentos. *Ágora: Arquivologia em debate* [Em linha]. **23**(47), 99-117 [consult. 2023-03-24]. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/438>.
- LEITE, Bruno Ferreira, e Rosale de Mattos SOUZA, 2017. Acesso à informação, ética e participação social: um estudo sobre a Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Em: *XXII Congresso de Arquivologia do Mercosul, Córdoba, Argentina, 2017*. Tomo 1, pp. 50-64.
- MELO, Katia Isabelli, e Douglas PAIVA, 2022. Base de Dados em Arquivística (BDA): fonte de pesquisa referencial no Brasil. Em: *II Encontro de Arquivos, Bibliotecas e Museus: do Sincretismo à Integração. 16 e 18 de novembro de 2022, Porto*.
- NASCIMENTO, Natália Marinho do, e Marta Lígia Pomim VALENTIM, 2013. Tipos documentais e sua relação com o processo decisório de uma empresa hospitalar da região de Bauru/SP. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação* [Em linha]. Jan./jul., **6**(1), 32-43 [consult. 2023-04-28]. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1763/1552>.
- NEGRI, Fernanda, 2019. *As Tecnologias da informação podem revolucionar o cuidado com a Saúde?* [Em linha]. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade [consult. 2023-09-23]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/107-as-tecnologias-da-informacao-podem-revolucionar-o-cuidado-com-a-saude>.
- RIBEIRO, Daniele Corrêa, Nayara Emerick LAMB, e Wilma Fernandes MASCARENHAS, 2018. Memória da loucura e as reflexões sobre a reforma psiquiátrica brasileira: o papel dos arquivos para a construção de políticas públicas na saúde mental. *Acervo*. Jan./abr., **31**(1), 49-63.
- SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de, e Rogério Henrique de ARAÚJO JÚNIOR, 2017. A Indexação e criação de taxonomias para documentos de arquivo: proposta para a expansão do acesso e integração das fontes de informação. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*. **11**(4), 47-56.

- STUMPF, Mariza Klück, e Henrique M. R. de FREITAS, 1997. A Gestão da informação em um hospital universitário: o processo de definição do Patient Core Record. *Revista de Administração Contemporânea* [Em linha]. Abr., 1(1) [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65551997000100005>.
- WOLYNEC, Elisa, 1994. A Informática integrando o Sistema de Saúde Pública. Em: *X Congresso Brasileiro de Arquivologia, 27 de novembro a 2 de dezembro de 1994, São Paulo, SP.*